

III – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES MACROECONÓMICOS

3.1. – Considerações Gerais

A Lei n.º 29/2007, de 24 de Dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2008, refere, no seu preâmbulo, que “... o Governo definiu como prioridade a implementação dos objectivos conducentes à Redução da Pobreza Absoluta ... bem como a manutenção de um desenvolvimento económico e social sustentável, baseado no rigor e racionalidade na utilização dos recursos públicos”.

Segundo o Relatório Anual do Banco de Moçambique, ao longo dos últimos 15 anos a economia nacional tem vindo a registar ritmos de crescimento positivos e, conseqüentemente, os índices de incidência da pobreza absoluta no País têm vindo a diminuir. Porém, apesar dos avanços registados neste domínio, o combate contra a pobreza absoluta em Moçambique continua a ser um grande desafio para o Governo.

No seu Plano Económico e Social para 2008, o Governo fixou, os seguintes objectivos:

- Atingir um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 7%;
- Conter a taxa de inflação média anual a um dígito;
- Manter estável a taxa de câmbio;
- Alcançar um crescimento das exportações de bens de 2%;
- Atingir Reservas Internacionais Líquidas que possibilitem o financiamento de 4,2 meses de importações de bens e serviços;
- Melhorar o ambiente de negócios no País, por forma a atrair Investimento.

Na Conta Geral do Estado de 2008, o Governo reportou os seguintes resultados:

- Crescimento de 6,5% do PIB;
- Taxa de inflação média anual de 10,3% e acumulada de 6,2%;
- Apreciação de 6,1% do Metical face ao Dólar americano e 22,3% relativamente ao Rand sul-africano, no ano;
- As Reservas Internacionais Líquidas com capacidade de cobrir 4,5 meses de importações de bens e serviços não-factoriais.

Ainda de acordo com o mesmo Relatório, o ano de 2008 foi marcado por grandes perturbações na conjuntura económica e financeira internacional, com efeitos profundos sobre a economia nacional. Verificaram-se acontecimentos como a alta sucessiva do preço do barril de petróleo no mercado internacional e o aumento dos preços dos produtos alimentares.

No caso moçambicano, e citando o Relatório Anual do Banco de Moçambique (2008) “as autoridades tomaram medidas no âmbito das políticas fiscal-orçamental e monetário-cambial, para conter os efeitos dos choques exógenos. Assim, o Governo estabeleceu

prioridades, reorientou os escassos recursos e potenciou a exploração agrícola no País, entre outros”.

No presente capítulo é analisada a evolução da arrecadação da receita, bem como a execução da despesa, face ao Produto Interno Bruto (PIB) e em termos reais, no período de 2004-2008, apresentando-se, igualmente, o resultado de cada exercício.

3.2. – Evolução da Receita

A taxa de crescimento das receitas correntes teve um comportamento variável no quinquénio em análise, mas, do ponto de vista real, elas cresceram progressivamente, passando de 15.942,5 milhões de Meticais, em 2004, para 37.516 milhões de Meticais, em 2008.

Entre as reformas realizadas nos últimos anos destacam-se a reestruturação e redução dos impostos aduaneiros, o reforço da gestão alfandegária, a eliminação dos impostos sobre a exportação, a revisão da estrutura dos Impostos sobre o Rendimento, a substituição do Imposto de Circulação e do Consumo pelo Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), destinado a tributar o consumo interno de forma geral, complementado por um imposto sobre alguns consumos específicos. A partir do IVA, várias mudanças têm vindo a provocar o alargamento da base tributária, uma diminuição das taxas de impostos, a simplificação do sistema tributário e uma significativa redução da fuga ao fisco.

Esta reforma tributária impulsionou, igualmente, uma reorganização e reestruturação da própria Administração Tributária que culminou com a integração da Direcção Geral de Impostos (DGI) e da Direcção Geral das Alfândegas (DGA) à recentemente criada Autoridade Tributária de Moçambique (AT).

Para além disso, procedeu-se à revisão do código dos benefícios fiscais e de alguns impostos, designadamente, sobre lucros, sobre a aplicação de capitais, sobre rendimentos dos trabalhadores e do processo de reembolso do IVA.

No período em análise, foram arrecadados 39.190 milhões de Meticais, para os quais as Receitas Fiscais contribuíram com 32.415,3 milhões de Meticais, 82,7%¹ do total arrecadado. Os Impostos Sobre Bens e Serviços tiveram uma participação de 19.231,8 milhões de Meticais, 7,2 pontos percentuais superior em relação ao ano anterior, seguidos dos Impostos Sobre o Rendimento, com 11.722,7 milhões de Meticais, superando, em 26,4%, o montante arrecadado em 2007, conforme se apresenta no Quadro n.º III.1.

¹ $(32.415,3/39.190) * 100 = 82,7\%$

Quadro n.º III.1 - Evolução da Receita

(Em milhões de Meticais)

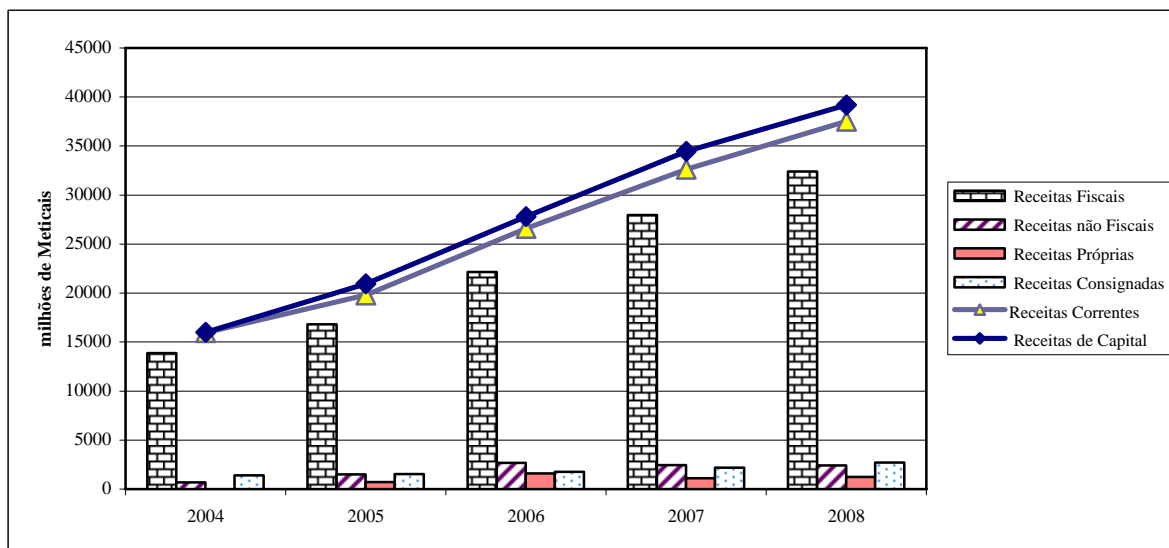
Código	Designação	2004	2005	Variação (%)	2006	Variação (%)	2007	Variação (%)	2008	Variação (%)
1	Receitas Correntes	15.942,5	19.818,1	24,3	26.579,4	34,1	32.623,6	22,7	37.516,0	15,0
11	Receitas Fiscais	13.876,4	16.795,5	21,0	22.142,0	31,8	27.965,1	26,3	32.415,3	15,9
111	Imposto s/ o Rendimento	3.428,2	4.430,8	29,2	6.351,4	43,3	9.271,4	46,0	11.722,7	26,4
11111	Imposto s/ o Rend. Pessoas Colectivas	1.021,1	1.492,5	46,2	2.535,5	69,9	4.364,9	72,2	5.721,5	31,1
11112	Imposto s/ o Rend. Pessoas Singulares	2.382,2	2.908,9	22,1	3.784,4	30,1	4.859,0	28,4	5.957,2	22,6
11113	Imposto Especial S/ o Jogo	24,9	29,4	18,1	31,5	7,1	47,5	50,8	44,0	-7,4
112	Imposto s/ Bens e Serviços	9.238,7	11.199,1	21,2	14.490,0	29,4	17.224,9	18,9	19.231,8	11,7
11122	Imposto s/ o Cons. de Produto Nacional	787,2	983,9	25,0	1.122,2	14,1	1.341,4	19,5	1.633,4	21,8
11123	Imposto s/ o Cons. Produtos Importados	484,5	569,4	17,5	696,4	22,3	734,8	5,5	1.000,9	36,2
	Imposto s/ o Combustível	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11124	Imposto s/ o Comércio Externo	2.222,5	2.816,4	26,7	3.286,4	16,7	3.834,7	16,7	3.627,9	-5,4
11121	Imposto Sobre Valor Acrescentado	5.744,5	6.829,4	18,9	9.385,0	37,4	11.314,0	20,6	12.969,6	14,6
113	Outros Impostos	1.209,5	1.165,6	-3,6	1.300,6	11,6	1.468,8	12,9	1.460,8	-0,5
11131	Imposto do Selo	204,2	285,9	40,0	214,2	-25,1	322,0	50,3	322,1	0,0
	Imposto s/ Veículos	-	-	-	-	-	-	-	47,2	-
	Licenças de Pesca	-	-	-	-	-	-	-	31,1	-
111312	Taxa s/ os Combustíveis	651,0	569,4	-12,5	563,2	-1,1	713,3	26,7	718,7	0,8
	Impostos Directos e Indirectos Extintos	29,2	50,0	71,2	53,3	6,6	15,3	-71,3	6,5	-57,8
	Royalties e Imposto de superfície	-	-	-	-	-	-	-	57,1	-
	Imposto de Reconstrução Nacional	-	-	-	-	-	-	-	7,9	-
111314	Outros	325,1	260,3	-19,9	469,9	80,5	418,2	-11,0	270,4	-35,4
12	Receitas não Fiscais	671,2	1.496,0	122,9	2.670,0	78,5	2.457,3	-8,0	2.401,1	-2,3
14	Receitas Próprias		707,0		1.612,3	128,0	1.110,6	-31,1	1.229,7	10,7
13	Receitas Consignadas	1.394,9	1.526,6	9,4	1.767,4	15,8	2.201,2	24,5	2.699,6	22,6
2	Receitas de Capital	34,9	1.123,7	3.119,8	1.214,5	8,1	1.850,0	52,3	1.674,0	-9,5
	TOTAL	15.977,4	20.941,8	31,1	27.793,9	32,7	34.473,6	24,0	39.190,0	13,7

Fonte: CGE (2004-2008)

Ainda do mesmo quadro, observa-se que as Receitas não Fiscais e as de Capital decresceram, em 2008, à taxa de 2,3% e 9,5%, respectivamente, enquanto as Receitas Próprias e Consignadas aumentaram, no mesmo período e na mesma ordem, 10,7% e 22,6%.

O gráfico seguinte mostra a evolução e tendência das Receitas Correntes e de Capital. Espelha, igualmente, a evolução das Receitas Fiscais, não Fiscais, Próprias e Consignadas ao longo do quinquénio.

Gráfico n.º III. 1. – Evolução da Receita



Constata-se, no Gráfico n.º III.1, que, no período em análise, tanto as Receitas Correntes como as de Capital registaram taxas de crescimento substanciais.

No que tange às Receitas Correntes, estas desagregam-se em Receitas Fiscais, não Fiscais, Próprias e Consignadas. Dentro deste grupo verifica-se que, no quinquénio, as Receitas Fiscais são as que tiveram maior peso.

À excepção dos anos de 2006 e 2007, ao longo do quinquénio, as Receitas Consignadas registaram maior peso relativamente às Receitas não Fiscais. As Receitas Próprias tiveram o menor peso no quinquénio.

3.3 - Evolução da Receita face ao PIB

As recentes evidências do impacto da crise financeira internacional sobre as economias da África Sub-Sahariana incluem o declínio do fluxo de recursos para a África, sob forma de investimento directo, remessas de emigrantes e de ajuda externa, com influência directa ou indirecta no abrandamento do nível do investimento público e privado, associado à redução das exportações, em face da queda do preço das matérias primas no mercado internacional. Estes factores levaram, por seu turno, à desaceleração do crescimento do PIB dos países da nossa região.

No que tange a Moçambique, o PIB, em 2008, cresceu 18,8%, o que representou um aumento de 14.6 pontos percentuais, em relação ao ano anterior.

Segundo o Relatório Anual do Banco de Moçambique (2008), dos sectores que mais contribuíram para o crescimento do PIB nacional, o destaque vai para os transportes e comunicações, construção, serviços financeiros, indústria transformadora e administração

pública, cujas taxas de crescimento aceleraram relativamente ao observado no ano anterior. Em termos médios, o sector da indústria de extracção mineral foi o que mais contribuiu para o PIB, com 25,2% e o de aluguer de imóveis o que menos contribuiu, com apenas 0,5%, no mesmo período.

No quinquénio em análise, o PIB nominal do País cresceu a taxas anuais diferenciadas, sendo, a mais elevada, de 22,9%, em 2006, e a mais baixa, de 4,2%, em 2007, como se apresenta mais adiante. O crescimento de 18,8% do PIB, em 2008, significou um aumento de 14,6 pontos percentuais comparativamente ao exercício anterior, conforme se pode observar no Quadro n.º III.2, a seguir.

Quadro n.º III.2 - Evolução da Receita Face ao PIB

Código	Designação	(Em percentagem do PIB)				
		2004	2005	2006	2007	2008
1	Receitas Correntes	11,6	12,9	13,7	16,2	15,7
11	Receitas Fiscais	10,1	11,0	11,5	13,9	13,5
111	Imp. Sobre o Rendimento	2,5	2,9	3,3	4,6	4,9
11111	Imposto s/ o Rend. Pessoas Colectivas	0,7	1,0	1,3	2,2	2,4
11112	Imposto s/ o Rend. Pessoas Singulares	1,7	1,9	2,0	2,4	2,5
11113	Imposto Especial sobre o Jogo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
112	Imp. Sobre Bens e Serviços	6,7	7,3	7,5	8,6	8,0
1122	Imposto Cons. de Produto Nacional	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7
1123	Imposto Cons. Produtos Importados	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
1124	Imposto s/ o Comércio Externo	1,6	1,8	1,7	1,9	1,5
1121	Imposto sobre Valor Acrescentado	4,2	4,5	4,9	5,6	5,4
113	Outros Impostos	0,9	0,8	0,7	0,7	0,6
1131	Imposto do Selo	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
11312	Taxa s/ os Combustíveis	0,5	0,4	0,3	0,4	0,3
11314	Outros	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
12	Receitas não Fiscais	0,5	1,0	1,4	1,2	1,0
14	Receitas Próprias	0,0	0,5	0,8	0,6	0,5
13	Receitas Consignadas	1,0	1,0	0,9	1,1	1,1
2	Receitas de Capital	0,0	0,7	0,6	0,9	0,7
	TOTAL	11,6	13,7	14,4	17,1	16,4
	Crescimento Anual			31,1	32,7	24,0

Fonte: CGE (2004-2008)

PIB	2004	2005	2006	2007	2008
	137.425,0	153.041,0	193.322,0	201.437,0	239.249,1
Crescimento	20,7	14,5	22,9	4,2	18,8

Ainda do mesmo quadro, verifica-se que o peso da Receita Interna relativamente ao PIB tem estado a crescer de 2004 a 2007, tendo passado de 11,6%, em 2004, para 16,2%, em 2007, e decresceu para 15,7%, no exercício em análise, devido à fraca participação das Receitas Próprias e de Capital. No que toca a este indicador, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) fixou as metas de 15,8%, para 2008, e 16,2%, para 2009. Consequentemente, a meta estabelecida no PARPA II para o ano de 2008 foi atingida.

No quinquénio em análise, as receitas internas registaram taxas de crescimento de 31,1%, 32,7% e 24%, nos anos de 2006, 2007 e 2008, como se pode ver no Quadro n.º III.2. Esta

variação superou a do PIB, no mesmo período, que foi de 22,9%, 4,2% e 18,8%, respectivamente.

Quanto às Receitas Correntes, a sua relação com o PIB, no quinquénio, foi de 11,6%, em 2004, 12,9%, em 2005, 13,7%, em 2006 e 16,2%, em 2007. No exercício em apreço, comparativamente ao anterior, houve uma diminuição de 0,5 pontos percentuais, fixando-se em 15,7%.

No que toca à contribuição das Receitas Fiscais, no PIB, por sub-grupos de impostos, constata-se que os Impostos sobre Bens e Serviços tiveram a maior participação, com 8%, seguidos dos Impostos sobre o Rendimento, com 4,9%; os Outros Impostos registaram 0,6%.

Relativamente à evolução do peso dos grandes sub-grupos das Receitas Fiscais em relação ao PIB, verifica-se que o dos Impostos sobre Bens e Serviços passou de 6,7%, em 2004, para 8,6%, em 2007, tendo registado um decréscimo, no ano em apreço, de 8%, menos 0,6 pontos percentuais relativamente a 2007. Este facto deveu-se à diminuição da arrecadação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto sobre o Comércio Externo.

3.4. - Evolução da Receita em Termos Reais

No Quadro n.º III.3, é apresentada a evolução global da receita em termos reais, com valores de referência do ano de 2008.

Quadro n.º III.3 – Evolução da Receita em Termos Reais (a preços de 2008)

(Em milhões de Meticais)

Código	Designação	2004 (a)	2005 (a)	2006 (a)	2007 (a)	2008				
1	Receitas Correntes	20.385	24.877	22,0	30.679	23,3	34.643	12,9	36.046	4,1
11	Receitas Fiscais	19.438	21.976	13,1	25.669	16,8	29.696	15,7	32.415	9,2
111	Imposto Sobre Rendimento	4.840	5.835	20,6	7.363	26,2	9.845	33,7	11.723	19,1
11111	Imposto s/ o Rend. Pessoas Colectivas	1.442	1.966	36,3	2.939	49,5	4.635	57,7	5.722	23,4
11112	Imposto s/ o Rend. Pessoas Singulares	3.363	3.831	13,9	4.387	14,5	5.160	17,6	5.957	15,5
11113	Imposto Especial Sobre Jogos	35	39	10,1	37	-5,7	50	38,1	44	-12,8
112	Imp. Sobre Bens e Serviços	13.043	14.749	13,1	16.798	13,9	18.291	8,9	19.232	5,1
11121	Imposto s/ o Valor Acrescentado	8.110	8.994	10,9	10.880	21,0	12.014	10,4	12.970	8,0
11122	Imposto s/ o Cons. de Produto Nacional	1.111	1.296	16,6	1.301	0,4	1.424	9,5	1.633	14,7
11123	Imposto s/ o Cons. Produtos Importados	684	750	9,6	807	7,7	780	-3,4	1.001	28,3
11124	Imposto s/ o Comércio Externo	3.138	3.709	18,2	3.810	2,7	4.072	6,9	3.628	-10,9
113	Outros Impostos	1.555	1.392	-10,5	1.508	8,3	1.560	3,5	1.461	-6,3
11131	Imposto do Selo	288	377	30,6	248	-34,0	342	37,7	322	-5,8
11132	Imposto s/ Veículos	51	49		46	-6,8	45	-2,7	47	5,3
111311	Licenças de Pesca	71	96		48	-50,0	60	26,6	31	-48,7
111312	Taxa s/ os Combustíveis	919	750	-18,4	653	-12,9	757	16,0	719	-5,1
	Impostos Directos e Indirectos Extintos	0	0		0		0		6	
	Royalties e Imposto de Superfície	0	0		0		0		57	
	Imposto de Reconstrução Nacional	0	0		0		0		8	
111314	Outros	226	121	-46,4	513	323,2	355	-30,7	270	-23,9
12	Receitas Não Fiscais	948	1.970	107,9	2.961	50,3	2.609	-11,9	2.401	-8,0
13	Receitas Próprias		931		1.869	100,7	1.179	-36,9	1.230	4,3
14	Receitas Consignadas		2.010		2.049	1,9	2.337	14,1	2.700	15,5
2	Receitas de Capital	49	1.480	2.903,4	1.545	4,4	1.965	27,1	1.674	-14,8
	TOTAL	22.556	27.579	22,3	32.224	16,8	36.607	13,6	39.190	7,1

Fonte: CGE (2004-2008)

(a) Valores ajustados utilizando as seguintes taxas de inflação: 7,2%, em 2005, 13,6%, em 2006, 9,17%, em 2007 e 6,19% em 2008

As Receitas Correntes tiveram a taxa de crescimento de 23,3%, em 2006, contra 22% do ano anterior e, em 2007, 12,9%. No exercício em apreço, o crescimento foi de 4,1%, o menor de todo o quinquénio.

No que tange às Receitas Fiscais, estas, no total, registaram um crescimento de 13,1% no ano de 2005, e 16,8%, em 2006. Em 2007, evoluíram 15,7% e, em 2008, 9,2%.

No grupo das Receitas Fiscais, os Impostos Sobre o Rendimento tiveram uma evolução de 20,6%, em 2005, 26,2%, em 2006, 33,7%, em 2007, e 19,1%, em 2008. Os Impostos Sobre Bens e Serviços conheceram as taxas de 13,1%, em 2005, 13,9%, em 2006, 8,9%, em 2007, e 5,1%, em 2008.

3.5. - Evolução da Despesa

No exercício em análise, a Despesa Total conheceu o maior valor absoluto do quinquénio (69.695,2 milhões de Meticais). A sua evolução de 14,9%, em 2008, relativamente a 2007, significou um decréscimo anual de 10 pontos percentuais.

O crescimento das Despesas de Funcionamento foi de 16,5%, em 2008, 23,6%, em 2007, 23,7%, em 2006, e 13,7%, em 2005. Por sua vez, as Despesas de Investimento conheceram

as seguintes taxas de evolução: 14,9%, em 2008, 29,8%, em 2007, 18,3%, em 2006, e 43,8%, em 2005.

Quadro n.º III.4 - Evolução da Despesa

(Em milhões de Meticais)

Código	Designação	2004	2005	Variação (%)	2006	Vari. (%)	2007	Vari (%)	2008	Vari (%)
1.1	Despesas com o Pessoal	9.120,8	10.732,5	17,7	12.983,1	21,0	15.995,6	23,2	19.083,8	19,3
1.2	Bens e Serviços	3.618,4	4.425,1	22,3	5.773,7	30,5	6.599,3	14,3	8.048,6	22,0
1.3	Encargos da Dívida	1.228,3	1.266,2	3,1	1.380,4	9,0	1.276,7	-7,5	1.258,8	-1,4
1.4	Transferências Correntes	3.492,0	3.833,0	9,8	4.555,0	18,8	5.902,5	29,6	7.003,1	18,6
1.5	Subsídios	191,5	221,7	15,8	312,4	40,9	344,6	10,3	394,5	14,5
1.6	Outras Despesas Correntes	508,1	309,3	-39,1	698,0	125,7	1.654,0	137,0	1.236,0	-25,3
1.7	Exercícios Findos	118,0		-100,0	3,8		8,5	124,0	7,3	-14,2
Sub-total Despesa de Funcion.		18.277,1	20.787,8	13,7	25.706,4	23,7	31.781,2	23,6	37.032,1	16,5
2.1	Despesas de Capital	57,8	66,5	15,1	102,0	53,3	201,9	98,0	243,0	20,3
2.2	Transferências de Capital	0,2	0,0	-100,0	0,0	-	0,0	-	1,5	-
2.3	Outras D. de Capital	0,0	0,0	-	1,0	-	0,0	-	0,0	-
Sub-total Despesa de Capital		57,9	66,5	14,8	102,9	54,8	201,9	96,1	244,5	21,1
	Financiamento Interno	3.910,9	5.316,7	35,9	6.542,0	23,0	9.236,0	41,2	11.295,7	22,3
	Financiamento Externo	7.257,7	10.739,9	48,0	12.458,4	16,0	15.425,3	23,8	17.039,9	10,5
Sub-total Despesa de Investim.		11.168,6	16.056,6	43,8	19.000,4	18,3	24.661,3	29,8	28.335,6	14,9
3.1.	Operações Activas	1.125,2	3.061,9	172,1	2.386,7	-22,1	2.832,5	18,7	2.384,1	-15,8
3.2.	Operações Passivas	2.931,6	1.537,8	-47,5	1.369,6	-10,9	1.186,4	-13,4	1.698,9	43,2
Sub-total Oper. Financeiras		4.056,8	4.599,7	13,4	3.756,3	-18,3	4.018,9	7,0	4.083,0	1,6
Total Despesas		33.560,5	41.510,6	23,7	48.566,0	17,0	60.663,3	24,9	69.695,2	14,9

Fonte: CGE (2004-2008)

Verifica-se, no Quadro n.º III.4, que ao longo do quinquénio, a Despesa de Funcionamento tem registado a maior participação na Despesa Total. Em 2008, ela representou 53,1% (37.032,1 milhões de Meticais), a de Investimento, 40,7% (28.335,6 milhões de Meticais) e as Operações Financeiras, 5,9% (4.089 milhões de Meticais).

No Funcionamento, as Despesas com o Pessoal representaram 51,5%², o que significa um aumento de 1,2 pontos percentuais, em comparação com 2007, em que se observou uma participação de 50,3%³, onde os Bens e Serviços e as Transferências Correntes constituíram a maioria da parte remanescente. Nos anos anteriores, este peso situou-se nos mesmos níveis, não se tendo verificado variações significativas.

Quanto às Operações Financeiras, contrariando a tendência dos últimos três anos, a despesa com as Operações Passivas teve uma participação de 41,6%⁴, o que significou 12,1% a mais, relativamente a 2007, cujo peso foi de 29,5%⁵.

O gráfico que se segue espelha a evolução e a tendência das Despesas de Funcionamento, Despesas de Investimento, bem como as Operações Financeiras.

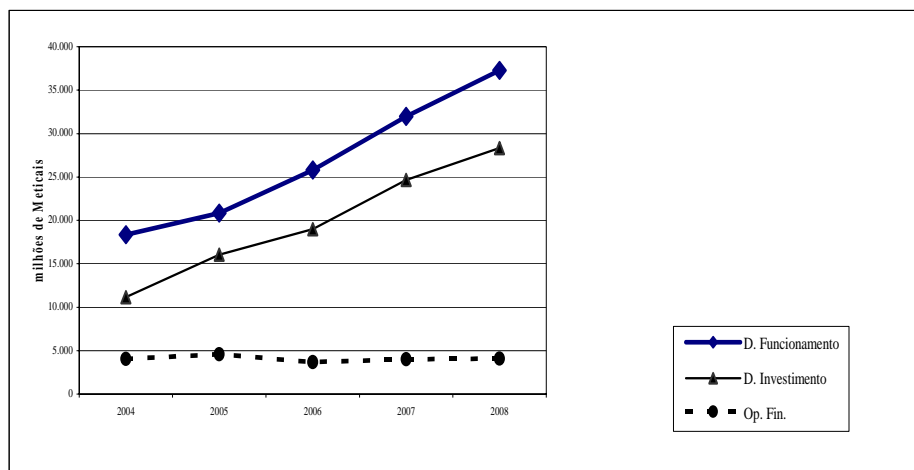
² (19.084/37.032,1)*100%=51,2%

³ (15.996/31.781,2)*100%=50%.

⁴ (1.699/4.083)*100%=41,6%.

⁵ (1.186/4.018)*100%=29,5%.

Gráfico n.º III.2 - Evolução da Despesa



Observa-se, no Gráfico n.º III.2, que, ao longo do quinquénio, as Despesas de Funcionamento e de Investimento têm registado taxas substancialmente crescentes, contrariamente às Operações Financeiras, cujo comportamento é estável. Este facto revela a fraca capacidade de o saldo das Operações Financeiras financiar as Despesas de Funcionamento e de Investimento, cuja tendência é mais crescente, contra a quase estagnação das Operações Financeiras.

Relativamente ao crescimento nominal anual das despesas, comparativamente ao do PIB, verifica-se que o mesmo foi superior, em 2005 e 2007.

No Quadro n.º III.5, observa-se que a despesa, em relação ao PIB, foi de 29,1%, em 2008, 30,1%, em 2007, depois de ter sido de 25,1%, em 2006, de 27,1%, em 2005 e de 24,4%, em 2004.

Quadro n.º III.5 - Evolução da Despesa Face ao PIB

Código	Designação	(Em percentagem do PIB)				
		2004	2005	2006	2007	2008
1.1	Despesas com o Pessoal	6,6	7,0	6,7	7,9	8,0
1.2	Bens e Serviços	2,6	2,9	3,0	3,3	3,4
1.3	Encargos da Dívida	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5
1.4	Transferências Correntes	2,5	2,5	2,4	2,9	2,9
1.5	Subsídios	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
1.6	Outras Despesas Correntes	0,4	0,2	0,4	0,8	0,5
1.7	Exercícios Findos	0,1	-	0,0	0,0	0,0
Sub-total D. de Funcionamento		13,3	13,6	13,3	15,8	15,5
2.1	Bens de Capital	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
2.2	Transferência de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
2.3	Outras D. de Capital	0,0	0,0	-	0,0	0,0
Sub-total D. de Capital		0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
	Financiamento Interno	2,8	3,5	3,4	4,6	4,7
	Financiamento Externo	5,3	7,0	6,4	7,7	7,1
Sub-total D. de Investimento		8,1	10,5	9,8	12,2	11,8
2.4.1.	Operações Activas	0,8	2,0	1,2	1,4	1,0
2.4.2.	Operações Passivas	2,1	1,0	0,7	0,6	0,7
Sub-total Oper. Financeiras		3,0	3,0	1,9	2,0	1,7
Total Despesas		24,4	27,1	25,1	30,1	29,1

Fonte: CGE (2004-2008)

A participação das Despesas de Funcionamento no PIB, em 2004, foi de 13,3%, em 2005, de 13,6%, em 2006, atingiu 13,3%. No ano de 2007, registou a maior proporção, (15,8%), tendo, no exercício em consideração, passado para 15,5%.

Observa-se, ainda no mesmo Quadro, que a participação das Despesas com o Pessoal no PIB manteve-se constante até 2006, ao nível de 6,7%, em média. Em 2007, esse peso aumentou, passando para 7,9% e em 2008, para 8%. As outras verbas mantiveram praticamente invariável a sua relação com o PIB, à excepção de Bens e Serviços que passaram de 2,6%, em 2004, para 3,4%, em 2008.

As Despesas de Investimento tiveram um comportamento oscilante, tendo o seu valor aumentado de 2004 para 2005, passando de 8,1% para 10,5%. O mesmo aconteceu de 2006 a 2007, de 9,8% para 12,2%. De 2005 para 2006 aconteceu o contrário, pois, o mesmo indicador diminuiu de 10,5% para 9,8%. Igual comportamento registou-se de 2007 para 2008, em que diminuiu de 12,2% para 11,8%.

As Operações Activas tiveram variações significativas na sua relação com o PIB, destacando-se os anos de 2005 e 2007, com 2% e 1,4%, respectivamente. No exercício em apreço, a sua participação decresceu 0,4 pontos percentuais, em relação a 2007.

Uma das políticas adoptadas pelo Governo Moçambicano foi a redução das participações do Estado em empresas privadas. Porém, em certos casos, essas participações cumprem o objectivo do Governo de marcar presença nos sectores estratégicos, como é o caso da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (HCB) que, através do processo de reversão e transferência do controlo para o Governo de Moçambique, concluído em 2007, representou o início de uma nova fase de desenvolvimento para o País. Assim, em 2007, com a assunção, pelo Estado, do controlo de 85% do capital social da HCB, equivalente a

20.024.392 mil Meticais, esta empresa passou a representar 76% no total das participações do Estado, justificando a variação de 2007.

As Operações Passivas decresceram de 2004 a 2007, passando de 2,1%, para 0,6%, e crescendo novamente em 2008, para 0,7%.

3.6. - Evolução da Despesa em Termos Reais

A Despesa Total, a preços de referência de 2008, cresceu à taxa de 15,4%, em 2005. Em 2006, o incremento foi de 3%, a taxa mais baixa do quinquênio em consideração, devido, fundamentalmente, à redução das operações financeiras, tendo voltado a registar um crescimento em 2007 e 2008, de 14,4% e 8,2%, respectivamente.

As Despesas de Funcionamento cresceram 6,1%, em 2005, 9%, em 2006, 13,2%, em 2007 e 9,7%, em 2008, segundo se pode constatar do Quadro n.º III.6.

Quadro n.º III.6 – Evolução da Despesa em Termos Reais (a preços de 2008)

(Em milhões de Meticais)

Código	Designação	2004 (a)	2005 (a)	%	2006 (a)	%	2007(a)	%	2008	%
1.1	Despesas com o Pessoal	12.876,3	14.134,0	9,8	15.051,0	6,5	16.985,7	12,9	19.083,8	12,4
1.2	Bens e Serviços	5.108,2	5.827,6	14,1	6.693,3	14,9	7.007,8	4,7	8.048,6	14,9
1.3	Encargos da Dívida	1.734,1	1.667,4	-3,8	1.600,3	-4,0	1.355,7	-15,3	1.258,8	-7,1
1.4	Transferências Correntes	4.929,9	5.047,8	2,4	5.280,5	4,6	6.267,8	18,7	7.003,1	11,7
1.5	Subsídios	270,3	292,0	8,0	362,2	24,0	365,9	1,0	394,5	7,8
1.6	Outras Despesas Correntes	717,3	407,3	-43,2	809,2	98,7	1.756,4	117,1	1.236,0	-29,6
1.7	Exercícios Findos	166,6	-	-	4,4	-	9,0	105,2	7,3	-19,2
Sub-total D. de Funcionamento		25.802,8	27.376,2	6,1	29.800,8	8,9	33.748,5	13,2	37.032,1	9,7
2.1	Bens de Capital	81,6	87,6	7,4	118,2	35,0	214,4	81,4	243,0	13,3
2.2	Transferência de Capital	0,2	0,0	-100,0	0,0	-	0,0	-	1,5	-
2.3	Outras D. de Capital	0,0	0,0	-	1,1	-	0,0	-100,0	0,0	-
Sub-total D. de Capital		81,8	87,6	7,1	119,3	36,3	214,4	79,7	244,5	14,0
	Financiamento Interno	5.521,3	7.001,8	26,8	7.584,0	8,3	9.807,7	29,3	11.295,7	15,2
	Financiamento Externo	10.246,1	14.143,8	38,0	14.442,7	2,1	16.380,1	13,4	17.039,9	4,0
Sub-total D. de Investimento		15.767,4	21.145,6	34,1	22.026,7	4,2	26.187,8	18,9	28.335,6	8,2
2.4.1.	Operações Activas	1.588,5	4.032,4	153,8	2.766,8	-31,4	3.007,9	8,7	2.384,1	-20,7
2.4.2.	Operações Passivas	4.138,8	2.025,1	-51,1	1.587,8	-21,6	1.259,8	-20,7	1.698,9	34,9
Sub-total Oper. Financeiras		5.727,3	6.057,5	5,8	4.354,6	-28,1	4.267,7	-2,0	4.083,0	-4,3
Total Despesas		47.379,3	54.666,9	15,4	56.301,4	3,0	64.418,4	14,4	69.695,1	8,2

Fonte: CGE (2004-2008)

(a) Valores ajustados utilizando as seguintes taxas de inflação: 7,2%, em 2005, 13,6%, em 2006, 9,17%, em 2007 e 6,19%, em 2008.

As Despesas com o Pessoal, os Bens e Serviços, as Transferências Correntes, os Subsídios e as de Capital registaram um crescimento, de 2004 a 2008, enquanto os Encargos da Dívida tiveram uma redução ao longo de todo o período, como consequência da diminuição da dívida pública externa.

As Despesas de Investimento registaram um crescimento ao longo do período de 2005 a 2008, com taxas de 34,1%, 4,2%, 18,9% e 8,2%, respectivamente.

Por seu turno, as Operações Financeiras registaram um comportamento oscilante durante o quinquénio. Em 2005, observou-se um crescimento de 5,8%. Em 2006, 2007 e 2008 observaram-se taxas negativas de 28,1%, 2% e 4,3%, respectivamente.

Verifica-se, ainda, que as Operações Passivas tiveram taxas negativas de 51,1%, em 2005, 21,6%, em 2006 e 20,7%, em 2007. O ano de 2008 foi o único que registou uma taxa de crescimento positiva, no período analisado, atingindo 34,9%. As Activas conheceram taxas positivas de 153,8%, em 2005, e 8,7%, em 2007, tendo, em 2006 e 2008, registado taxas negativas de 31,4% e 20,7%, respectivamente.

3.7. Análise da Evolução da Receita e Despesa em Termos Reais

No gráfico seguinte, são apresentadas as receitas e despesas totais, em valores constantes do ano de 2008, bem como as Despesas de Funcionamento, de Investimento e as Operações Financeiras.

De uma maneira geral, tanto a receita como a despesa cresceram, de forma considerável, particularmente a segunda.

Segundo o Grupo Moçambicano da Dívida⁶, o crescimento da Despesa, no exercício em consideração, pode ser explicado, em parte, pela conjuntura externa marcada pelo forte aumento dos preços dos combustíveis e cereais. Internamente, destacam-se as calamidades naturais, como as cheias, inundações e o ciclone Jókwe.

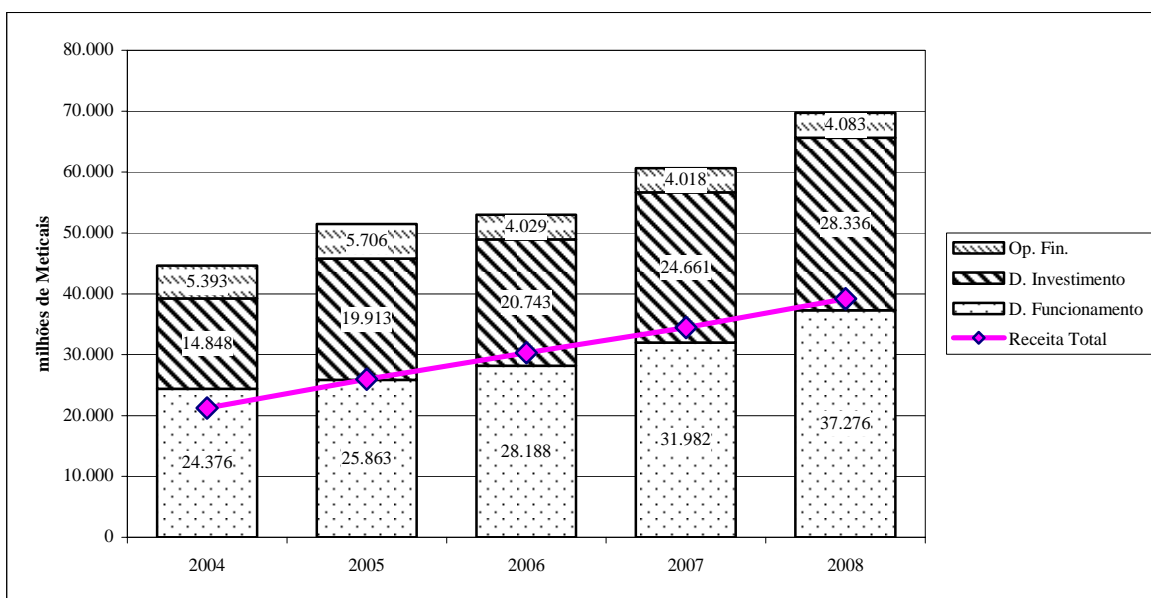
Por seu turno, as Operações Financeiras tiveram um comportamento relativamente estável, atingindo o pico no ano de 2005.

A tendência de o ritmo do crescimento da despesa ser maior que o da receita pode vir a tornar-se incompatível com o objectivo da redução do défice orçamental a médio e longo prazo.

Da análise da evolução das duas componentes da despesa (de Funcionamento e de Investimento), constata-se que os valores da componente funcionamento, no quinquénio, foram sempre superiores aos do investimento.

Gráfico n.º III.3 – Receitas e Despesas em Termos Reais

⁶ Avaliação do Desempenho Macroeconómico de Moçambique em 2008, Março de 2009



3.8. - Determinação do Resultado do Exercício

O Orçamento é constituído por três partes: a receita, a despesa e o financiamento, esta última que se subdivide em donativos e empréstimos.

Como saídas de fundos, estão as despesas de funcionamento e as de investimento, bem como as operações activas e passivas.

O Saldo Corrente resulta da diferença entre a Receita Corrente e a Despesa de Funcionamento e indica a capacidade de a Administração Pública gerar fundos para financiar as suas despesas de investimento.

Como se constata no Quadro n.º III.7, este saldo, que apresentou valores negativos de 2.485 milhões de Metcais, em 2004, e 1.036 milhões de Metcais, em 2005, passou a ser positivo nos três últimos anos, com 759 milhões de Metcais, em 2006, 641 milhões de Metcais, em 2007, e 173 milhões de Metcais, em 2008, o que significa que as receitas correntes têm sido maiores que as despesas de funcionamento, ou seja, aumentou a capacidade de a Administração Pública moçambicana gerar fundos para financiar as despesas de funcionamento. Este facto deve-se, fundamentalmente, ao aumento da arrecadação das receitas fiscais por parte do Estado moçambicano.

Apesar de ser positivo o Saldo Corrente, não deixa de ser preocupante o facto de o ritmo dessa tendência estar a reduzir, ou seja, não obstante ter sido positivo, em 2007 (641 milhões de Metcais), decresceu 15,5% em relação a 2006 (759 milhões de metcais). A mesma desaceleração continuou em 2008, pois, dos 641 milhões de Metcais de 2007, baixou para 173 milhões de metcais, tendo sofrido uma queda de 73%, tendência que urge reverter para que o Saldo Corrente não volte a ser, novamente, negativo.

Quadro n.º III.7 – Resultado do Exercício

(Em milhões de Meticais)

Designação	Em valor				
	2004	2005	2006	2007	2008
Receita Corrente	15.943	19.818	26.579	32.624	37.450
Despesa de Funcionamento	18.428	20.854	25.820	31.983	37.276
Saldo Corrente	-2.485	-1.036	759	641	173
Receita de Capital	35	1.124	1.215	1.850	1.740
Reembolso de Empréstimos	136	156	98	226	226
Despesa de Investimento	11.169	16.057	19.000	24.661	28.336
Operações Activas	1.125	3.063	2.064	2.832	2.384
Défice antes de donativos	-14.608	-18.876	-18.992	-24.777	-28.580
Donativos	8.605	11.892	18.188	20.291	23.010
Défice após donativos	-6.003	-6.984	-804	-4.486	-5.570
Empréstimos Externos	7.015	8.098	8.117	7.932	7.125
Operações Passivas	2.932	1.538	1.363	1.186	1.699
Crédito Interno Líquido	-1.920	-424	5.950	2.260	-144

Fonte: CGE (2004-2008)

Note-se que, além de ter aumentado a capacidade de geração de fundos para o financiamento das despesas de investimento, observa-se ainda que, nos dois últimos anos, os Empréstimos Externos também decresceram, passando de 8.117 milhões de Meticais, em 2006, para 7.932 milhões de Meticais, em 2007, e 7.125 milhões de Meticais, em 2008..

O Défice antes de donativos é igual à diferença entre o Saldo Corrente e as Receitas de Capital somadas aos Reembolsos de Empréstimos e subtraídas as Despesas de Investimento e Operações Activas. Ao longo do quinquénio, registaram-se aumentos cada vez maiores do défice, passando de 14.608 milhões de Meticais, em 2004, para 28.580 milhões de Meticais, em 2008, ou seja, duplicou no quinquénio.

No que tange ao Défice após donativos, este é igual à soma do saldo global antes de donativos e os donativos. No período em análise, este saldo sofreu variações significativas, sendo de 6.003 milhões de Meticais, em 2004, 6.984 milhões de Meticais, em 2005, 804 milhões de Meticais, em 2006, 4.486 milhões de Meticais, em 2007, e 5.570 milhões de Meticais, em 2008.

De seguida, apresenta-se a relação entre o Resultado do Exercício e o PIB.

Quadro n.º III.8 – Resultado do Exercício Face ao PIB

Designação	Em % do PIB				
	2004	2005	2006	2007	2008
Receita Corrente	11,6	12,9	13,7	16,2	15,7
Despesa de Funcionamento	13,4	13,6	13,4	15,9	15,6
Saldo Corrente	-1,8	-0,7	0,4	0,3	0,1
Receita de Capital	0,0	0,7	0,6	0,9	0,7
Reembolso de Empréstimos	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Despesa de Investimento	8,1	10,5	9,8	12,2	11,8
Operações Activas	0,8	2,0	1,1	1,4	1,0
Défice antes de donativos	-10,6	-12,3	-9,8	-12,3	-11,9
Donativos	6,3	7,8	9,4	10,1	9,6
Défice após donativos	-4,4	-4,6	-0,4	-2,2	-2,3
Empréstimos Externos	5,1	5,3	4,2	3,9	3,0
Operações Passivas	2,1	1,0	0,7	0,6	0,7
Crédito Interno Líquido	-1	0	3	1	0

Fonte: CGE (2004-2008)

PIB	2004	2005	2006	2007	2008
	137.425	153.041	193.322	201.437	239.249

O Défice antes de donativos, que representava 10,6% do PIB, em 2004, aumentou para 12,3%, em 2005, tendo diminuído, em 2006, para 9,8%. Em 2007, passou para 12,3%, voltando a diminuir para 11,9%, em 2008.

O indicador acima reflecte as necessidades de financiamento que, de acordo com as previsões do PARPA II, passaria de 11,2% do PIB,⁷ em 2008, para 11,6%, em 2009. Como demonstrado no quadro, ele foi de 11,9%, em 2008, superior, portanto, ao previsto.

O défice após donativos registou, em 2004 e 2005, as taxas de 4,4% e 4,6%, respectivamente. Em 2006, este indicador foi de 0,4% e em 2007 e 2008, apresenta as taxas de 2,2% e 2,3%, respectivamente.

Salienta-se que o saldo após donativos, quando negativo, deve ser coberto pelos empréstimos após dedução da amortização da dívida externa pública.

No Quadro n.º III.9, é apresentada a Relação entre os Donativos e as Despesas realizadas no quinquénio.

Quadro n.º III.9 - Relação entre os Donativos e Despesas

(Em milhões de Meticais)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008
Donativos	8.605	11.892	18.188	20.291	23.010
Despesas	29.597	36.893	44.810	56.644	65.612
Peso (%)	29,1	32,2	40,6	35,8	35,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da CGE (2004-2008)

⁷ Recursos Externos/PIB, em milhões de Meticais, 26.433 /236.408, em 2008 e 25.793/266.732, em 2009

Observa-se, no Quadro n.º III.9, que ao longo do quinquénio, tanto os Donativos como as Despesas cresceram. Os Donativos passaram de 8.605 milhões de Meticais, em 2004, para 23.010 milhões de Meticais em 2008, o que representa um aumento de 167,4% no período.

Quanto às Despesas, estas passaram de 29.597 milhões de Meticais, em 2004, para 65.612 milhões de Meticais, em 2008, o que significa que estas tiveram um crescimento na ordem de 121,7% ao longo do quinquénio.

Os Donativos representam, em média, 34,6% das despesas realizadas no período, o que significa que, apesar de nos dois últimos anos ter-se verificado uma ligeira redução na sua percentagem em relação às Despesas, o grau de dependência do Orçamento do Estado em relação aos Donativos continua elevado.